

A SITUAÇÃO EM FOCO: QUAL É O SEU PAPEL NO DIÁLOGO ENUNCIATIVO DA CRIANÇA COM SEU INTERLOCUTOR?

Verônica Pasqualin Machado *

Por uma perspectiva enunciativa em aquisição de linguagem

Nos estudos em Aquisição de Linguagem, percebe-se a existência de diversas perspectivas teóricas, as quais nem sempre consideram a instauração de um sujeito único pela linguagem, nem a fala desse sujeito como um lugar de singularidade. É através da Lingüística da Enunciação, nos estudos de Émile Benveniste (1974/2006; 1966/2005), o qual defende que a intersubjetividade é constitutiva da linguagem, que vemos a instauração de um sujeito *na e pela* linguagem. Isto só é possível através do ato de apropriação individual da língua: a enunciação. Para que ela se realize, a enunciação – língua em ação- coloca duas figuras fundamentais em jogo: locutor e alocutário. É através deste ato de apropriação individual da língua que o locutor constituir-se-á como sujeito, representando-se no discurso como seu responsável.

Para observar a singularidade da fala desse sujeito, é necessário, portanto, considerar a Aquisição de Linguagem também em uma perspectiva enunciativa. É nos estudos de Silva (2007/2009) que encontramos possibilidades teóricas e metodógicas para unir os campos da Lingüística da Enunciação e da Aquisição de Linguagem.

Desta forma, considerar uma abordagem enunciativa em Aquisição de Linguagem é considerar que os elementos que constituem o processo enunciativo – o ato, a situação (que expressa uma certa relação com o mundo) e os instrumentos de sua realização (aparelho de formas e funções) – também fazem parte do processo de aquisição. Sabendo que a situação é parte integrante de ambos os processos, houve o interesse em verificar como ela pode encaminhar o uso de certas formas e funções no diálogo enunciativo da criança com seu interlocutor, além de estar relacionada à constituição de referência no discurso. Este interesse também se justifica, uma vez que não existem muitos estudos acerca do papel da situação nos estudos de aquisição de língua materna e em uma perspectiva enunciativa.

* Mestranda em Teorias do Texto e do Discurso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do Projeto de Apoio à Graduação (PAG), que é vinculado a essa mesma instituição. Licenciada em Letras Português/Inglês pela mesma instituição. Porto Alegre-RS. veronicapasqualin@hotmail.com

Sendo assim, apresentamos, no item a seguir, o funcionamento dos elementos que fazem parte dos processos de enunciação e aquisição.

Os elementos dos processos de enunciação e de aquisição: o ato, a situação e os instrumentos

Na primeira parte deste item, pretendemos guiar nossas reflexões em torno das seguintes questões: a) o que é o ato de enunciação?; b) que elementos constituem esse ato?; e c) o que caracteriza cada um dos elementos do ato enunciativo?. Para responder a essas perguntas, vamos nos apoiar nos estudos de Émile Benveniste (1974/2006; 1966/2005), um dos grandes teóricos da Lingüística da Enunciação. Feita essa delimitação inicial, trataremos do processo de aquisição, relacionando-o ao processo enunciativo, uma vez que é a aquisição de linguagem sob um enfoque enunciativo de que se fala aqui.

Sendo assim, partiremos do texto “O Aparelho Formal da Enunciação” (1974/2006) para, por meio dele, mostrar como as principais questões de enunciação relacionam-se com outras a elas vinculadas, as quais estão presentes em outros textos. Neste artigo, Benveniste faz uma distinção entre o emprego das formas e o emprego da língua. Segundo o autor (2006, p.81), o primeiro diz respeito às regras que descrevem sob quais condições sintáticas essas formas podem aparecer, já que pertencem a um paradigma que é responsável por determinar que escolhas são possíveis. Já o segundo, o emprego da língua, “trata-se de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou outra, afeta a língua inteira” (op.cit., p.82). A partir dessa argumentação, Benveniste (op.cit., p.83) define que o ato enunciativo é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” Este ato, a enunciação, é o próprio objeto de estudo da Lingüística da Enunciação, enquanto o discurso, o que é produzido a cada vez que esse ato ocorre, é seu produto. Sendo assim, podemos dizer que o ato enunciativo enfoca a apropriação da língua pelo locutor, o qual utiliza formas e funções lingüísticas para marcar sua relação com o outro da alocação. Como bem colocado pelas palavras de Flores e Teixeira (2005, p.35), “Enunciar é transformar individualmente a língua-mera virtualidade- em discurso. A semantização da língua se dá nessa passagem”.

Mais adiante, em “O Aparelho Formal da Enunciação” (1974/2006), o autor declara que o processo de enunciação pode ser estudado sob três aspectos principais. O primeiro diz respeito à realização vocal da língua. Segundo o autor (op. cit., p.82), os sons emitidos e percebidos sempre precedem de atos individuais, sejam eles estudados em vista de uma

língua em particular, seja em suas manifestações gerais, como o processo de aquisição, de difusão, de alteração. Mesmo que se tente atenuar ou diminuir esses traços individuais ao se recorrer a diferentes sujeitos em busca de uma imagem regular de sons, sabe-se que os sons nunca são reproduzidos igualmente nem para um mesmo sujeito. Tal diversidade explica-se devido à variedade de situações em que o processo de enunciação é produzido. O segundo aspecto trata de uma questão maior: “é ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação” (op.cit., p.83). Aqui, atenta-se para a semantização da língua, a transformação da língua em discurso. O último aspecto consiste em caracterizar o quadro formal da enunciação, de acordo com a manifestação individual que ela atualiza, e também é o enfoque do texto “Aparelho formal da enunciação”. Nosso trabalho detém-se no primeiro aspecto, a realização vocal da língua, e no último aspecto, o quadro formal da enunciação. Essas escolhas se explicam por estarem relacionadas ao nosso objeto de estudo: o discurso oral e o modo como se realiza. Feita a descrição acerca dos aspectos sob os quais se pode estudar a enunciação, partimos agora para os elementos que são considerados no processo enunciativo. Esses são o próprio ato enunciativo, as situações em que ele se realiza (questão que está ligada à noção de referência) e os instrumentos de sua realização (questão que se relaciona às formas e às funções).

Iniciando pela descrição do ato enunciativo, dissemos anteriormente que há um locutor que coloca a língua em funcionamento. Segundo Benveniste (2006, p.83), “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação.” Para transformar a língua em discurso, podemos dizer que esse locutor apresenta uma relação de apropriação com a língua, uma vez que se apropriará de seu aparelho formal, enunciando sua posição de locutor. Outra condição para a realização do ato enunciativo é a convocação de outro, um alocutário: “Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (op.cit., p.84). Percebe-se, assim, que o ato enunciativo não se realiza sem a presença de outro, visto que acontece entre parceiros.

Essa necessidade nos remete imediatamente a um dos pontos mais importantes da obra de Benveniste, o qual também faz parte do ato enunciativo: a (inter)subjetividade

enunciativa. Para o autor, a linguagem realiza-se justamente porque o locutor pode se constituir como sujeito, fato que é assegurado pelo ato enunciativo. Assim, Benveniste postula o caráter constitutivo da linguagem, defendendo que ela faz parte da natureza do homem, sendo, dessa forma, impossível colocar um em oposição ao outro; a linguagem é a condição de existência do homem. Além disso, essa visão também nega qualquer tipo de aspecto instrumental que a linguagem possa apresentar. Tais idéias podem ser vistas na citação a seguir, contida no texto “Da subjetividade na linguagem”:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1966/2005, p. 285)

Como visto, é na linguagem e pela linguagem que o homem se constituirá como sujeito; é a linguagem que lhe fornece meios para se apropriar da língua. Em relação ao conceito de subjetividade, é importante delimitar seu significado. A subjetividade da qual tratamos nesse trabalho é “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p.286). Dessa forma, o sujeito do qual se fala aqui não é o sujeito empírico, sujeito do mundo, mas um sujeito que é representando pelo discurso, que deixa marcas em seu discurso ao se apropriar da língua.

A respeito do fundamento dessa subjetividade, é importante mencionar que ela se determina pelo status lingüístico de pessoa, que é constituído por formas que estão presentes no sistema da língua. Como dito anteriormente, o locutor sempre convocará outro diante de si, e é na enunciação que essa categoria de pessoa realiza-se, sempre mostrando um contraste: “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um tu” (op.cit., p. 286). Assim, no ato enunciativo, temos a emergência dos índices de pessoas “eu” e “tu”, os quais só são produzidos na e pela enunciação: o primeiro, que denota aquele que profere a enunciação; e o segundo, aquele a quem a enunciação é dirigida, que está na posição de alocutário, marcado como “tu” na enunciação de “eu”.

Sobre a categoria de pessoa, torna-se importante, para a explicação da (inter)subjetividade, as reflexões tecidas por Benveniste sobre os pronomes pessoais, as quais estão presentes no texto “Estruturas das relações de pessoa no verbo”. Nesse texto, o autor faz uma distinção entre as pessoas “eu”, “tu” e “ele”, com base nas correlações de

pessoalidade e de subjetividade. Na primeira, o autor opõe as pessoas “eu” e “tu” a “ele” pelo critério de pessoa e não-pessoa. Assim, as formas “eu” e “tu” indicam necessariamente pessoas no discurso, enquanto “ele” não pode indicar as pessoas inversíveis do discurso. Essa distinção pode ser vista na citação a seguir:

Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, ‘tu’ é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’.
(BENVENISTE, 1966/2005, p. 250)

Considerando a marca de pessoa como característica da correlação de personalidade, ainda podemos falar das outras distinções que Benveniste propõe para essa correlação: unicidade, inversibilidade e ausência de predicação verbal. Na unicidade, a cada vez que as pessoas “eu” e “tu” são enunciadas, elas são únicas. Vale ressaltar que essas pessoas estão vazias de referências fora da instância do discurso e estão à disposição do locutor para preenchê-las, através do ato de enunciação. Mas, como “eu” pode ser único e identificar tantos locutores que se apropriam dessa forma a todo o momento? Para explicar essa suposta contradição, Benveniste (2005, p. 288) declara que o “eu” refere-se “a algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: “*eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e *lhe* designa o locutor. [...] A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso”. Sendo assim, por apresentar uma referência única, já que único é o ato de enunciação, é que entendemos porque “eu” e “tu” sempre são únicos no discurso. Na inversibilidade, diz-se que “eu” e “tu” tem a capacidade de se inverterem no discurso, pois “eu” pode tornar-se “tu” e vice-versa, uma vez que, no ato de enunciação, o “eu” sempre convocará um “tu”. A última característica, a ausência de predicação verbal, indica que “eu” e “tu” apontam para pessoas constituídas a partir do discurso, o que não ocorre com a pessoa “ele”. Essa é a única pessoa que pode pregar verbalmente sobre uma coisa, além de não fazer referência a alguém ou algo específico. Assim, todas essas características que fazem parte de “eu” e “tu” formam a unidade constitutiva “eu-tu”.

Finda as características a respeito da correlação de personalidade, fala-se agora da correlação de subjetividade. Essa característica opõe “eu” ao “tu”, tratando o primeiro como pessoa subjetiva e o segundo como pessoa não-subjetiva, já que “eu” é interior ao

enunciado e exterior a “tu”. Além disso, diz-se também que “eu” é transcendente a “tu”, pois é “eu” o responsável pela convocação de “tu” e sua constituição no discurso.

A partir das considerações feitas sobre as correlações de pessoalidade e subjetividade, podemos tratar da questão da intersubjetividade. Por isso, entende-se a “inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõem o “eu” e o outro mutuamente implicados” (FLORES et al, 2009, p.146). Essa relação só acontece no ato enunciativo, pois o locutor, ao se propor como sujeito a partir do discurso, torna-se “eu” e imediatamente instaura e constitui um alocutário, o “tu”. Estando o “tu” constituído, é ele que assegura a existência do “eu” no discurso. Assim, entende-se que a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a enunciação do locutor é determinada pelo outro para o qual a endereça. É nessa relação dialética do “eu” e do “outro”, definidos “pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade.” (BENVENISTE, 2005, p. 287); é essa a condição para que o locutor possa se propor como sujeito, fato que só ocorre no ato enunciativo. Além disso, a intersubjetividade é constitutiva da linguagem, pois é a “única (condição) que torna possível a comunicação lingüística” (op.cit., p.293). Como bem pontuado por Flores e Teixeira (2005, p.34), “[...] a intersubjetividade é a condição da subjetividade, assim como a linguagem é a condição da língua”.

Finda a parte dedicada à descrição do ato enunciativo, trataremos agora das situações em que o processo enunciativo acontece, bem como os instrumentos necessários para sua realização. Segundo Benveniste (2006, p.84), “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir [...]”. Percebe-se, assim, que essa relação com o mundo ocorre apenas através da referência, a qual depende do ato enunciativo para se realizar, já que acontece via discurso. Cabe lembrar que, apesar de expressar essa relação com o mundo, não é uma referência ao mundo da qual se fala, mas ao próprio sujeito constituído através do discurso.

Para aprofundar a questão da referência na enunciação, torna-se necessário trazer as considerações que Benveniste faz sobre língua e discurso em sua obra. No texto “A forma e o sentido na linguagem” (1974/2006), Benveniste declara que há dois domínios na língua: o semiótico e o semântico. No primeiro, o autor refere-se à língua segundo uma visão saussuriana, a qual apresenta o signo lingüístico como sua unidade. No campo semiótico, o

importante é a relação de distinção e oposição de um signo com os demais em um mesmo sistema, lugar onde a significação se estabelece. No segundo, Benveniste declara que o domínio semântico refere-se à atividade do locutor que coloca a língua em ação por um ato individual; em outras palavras, este é o próprio nível do discurso. O domínio semântico resulta justamente do ato enunciativo, pois aí se considera a atuação de um locutor. Nesse campo, a unidade é a frase ou enunciado, que pode ser entendida como a manifestação do ato enunciativo.

Mesmo postulando diferenças entre esses dois níveis, Benveniste (2005, p.140) não faz uma oposição entre eles. Vale lembrar que, na frase, há simultaneamente a língua e o uso da língua, pois os constituintes da frase são os signos – unidade que pertence ao campo semiótico- que são considerados palavras no ato enunciativo, no uso da língua. Portanto, ambos se complementam e “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem”.

Em outro texto, intitulado “Os níveis da análise linguística” (1966/2005), vemos que a frase, então, é a unidade do discurso, da língua colocada em ação. É nela que se encontram as funções de “interrogação”, de “intimação” e de “asserção”, as quais apenas mostram “os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem” (op.cit., 139). Dessa forma, podemos entender que essas três funções traduzem as funções interumanas do discurso e que assim se apresentam nas modalidades de unidade de frase, indicando a própria atitude do locutor. Uma consideração ainda a se fazer sobre a frase é que ela apresenta uma dupla propriedade, uma vez que traz, ao mesmo tempo, sentido e referência. A explicação sobre o caráter duplo da frase pode ser visto a partir do seguinte trecho:

[...] sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o ‘sentido’ mas permanecendo desconhecida a ‘referência’.
(BENVENISTE, 1966/2005, p. 140)

Tendo a frase esse caráter duplo, qual seriam, então, o sentido e a referência de uma frase? Retomando o texto “A forma e o sentido na linguagem” (1974/2006), Benveniste esclarece que o sentido de uma frase é a idéia que ela expressa por quem se apropria da língua, enquanto a referência é “o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou

de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar.” A frase sempre será um acontecimento diferente; existe somente no momento em que é enunciada e desaparece neste mesmo momento. Diferente também é o sentido de uma frase e das palavras que a constituem; o sentido da frase é, como visto, sua idéia, e o sentido da palavra é seu emprego.

Como mencionado anteriormente, o ato enunciativo pressupõe um locutor e, havendo este, necessariamente haverá um alocutário; é a presença deste locutor em sua enunciação que fará que cada instância do discurso apresente um centro de referência interno. Essa situação será manifestada por formas específicas, cujo único objetivo é colocar o locutor em relação constante e necessária com sua própria enunciação. Tais formas emergem apenas através do ato enunciativo, a saber, os índices de pessoa e os índices de ostentação. Os primeiros são constituídos pelas pessoas “eu” e “tu” e são produzidos apenas na e pela enunciação. Os índices de ostensão (este, aqui, etc) também dependem do ato enunciativo, pois “implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (BENVENISTE, 2006, p. 85). Como visto, os índices de pessoa e de ostensão não apenas nascem de uma enunciação, mas também designam algo novo toda vez que são proferidos.

Além desses “indivíduos linguísticos”, torna-se importante tratar também das formas temporais, em especial, a que se chama de “presente”. Segundo Benveniste (2006, p.85), este tempo coincide como o momento da enunciação. Para o autor, ela é produzida na e pela enunciação; é ela que instaura a categoria do presente e é dessa categoria que nasce a categoria do tempo: “O presente é propriamente a origem do tempo” (op.cit., p.85). Assim, é somente o ato enunciativo que torna possível o fato do homem viver o “agora” e de torná-lo atual. A categoria de presente é inerente à enunciação e este se renova sucessivamente a cada vez que o locutor apropria-se da língua, convertendo-a em discurso. De acordo com essas considerações, a enunciação estabelece a seguinte relação: *eu-tu-aqui-agora*. Vale ressaltar que, uma vez que a presença do locutor é responsável por um centro de referência interno em cada ato enunciativo, todas as relações temporais e espaciais estarão organizadas em torno do sujeito constituído pelo discurso, o “eu”; assim, a referência encontra-se na dependência do “eu”.

Ainda sobre os instrumentos relacionados ao ato enunciado, Benveniste (2006, p.85) declara que a enunciação também fornece um aparelho de funções ao locutor, o qual se

servirá dele para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário. Devido a isso, diz-se que a enunciação apresenta as condições necessárias para as grandes funções sintáticas, tratadas anteriormente. Assim, temos as funções de “interrogação”, “intimação” e “asserção”. A primeira tem por objetivo suscitar uma resposta, e as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, seqüência, entonação, etc., derivam desta função. A segunda, a “intimação”, caracteriza-se como ordens ou apelos recebidos e são vistos em categorias como o imperativo, o vocativo. Esta função está assim ligada à enunciação, pois implica “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (op.cit., p.86). A terceira, a “asserção”, tem por objetivo comunicar uma certeza, sendo assim a manifestação mais comum que indica a presença de um alocutário. Apresenta instrumentos específicos, os quais são expressos pelas partículas “sim” e “não”, que afirmam ou negam uma proposição.

Findas as considerações a respeito do processo enunciativo, partimos agora para a descrição do processo de aquisição. Em Silva (2009), vemos o processo de aquisição da linguagem estudado sob um olhar enunciativo. Assim, a autora inicia suas reflexões trazendo duas questões que estão implicadas no sintagma “Aquisição da Linguagem”: 1) a idéia presente no segmento “da linguagem”, uma vez que se trata de aquisição da linguagem e não de outro sistema; e 2) a idéia da existência de um sujeito, pois se trata da aquisição da linguagem adquirida por um sujeito. Além disso, os termos enunciação e aquisição são aproximados pela forma sufixal - ção que apresenta como significado “ação ou resultado dela” (SILVA, 2009 apud CUNHA, 2001, p.98) . Sendo assim, enunciação é o “ato de enunciar na língua” e aquisição é o “ato de adquirir língua”. Seguindo este raciocínio, entedemos o ato de aquisição como o ato enunciativo: singular. Ao dizer que o processo de aquisição é singular, consideramos que a fala da criança encontra-se em um lugar de singularidade e, por isso, não é a busca por uma regularidade que trataremos aqui.

Entendida como um ato enunciativo, a aquisição também coloca em jogo duas figuras, sem quais não é possível: o “eu” e o “tu”. Como o tema desse trabalho é a Aquisição da Linguagem, tomaremos, a exemplo de Silva (op. cit.), a criança como o “eu” e o outro de sua alocação como “tu”. Assim, a criança está imersa na estrutura enunciativa *eu-tu-ele*, onde “eu” é a criança, “tu” é o outro da alocação da criança e “ele” são as referências constituídas no discurso de “eu” e “tu”. “Ele” é assim considerado como a não-pessoa do ato enunciativo; pode apontar para uma infinidade de sujeitos ou para nenhum, já que

também é o único que pode predicar verbalmente sobre uma coisa; é o “ele” que designa o mundo extralingüístico de que se fala, pois se relaciona com a referência no discurso e aponta para algo fora da alocação. Consideramos, neste trabalho, as relações diádicas *eu-tu*, *eu/tu*, *(eu-tu)/ele* e a trinitária *eu-tu/ele*, operações apresentadas por Silva (2009), além de constitutivas do processo de aquisição.

A primeira relação diádica (*eu-tu*) representa uma operação de conjunção, unidade constitutiva derivada da noção de “pessoa”. É a correlação de pessoalidade que nos referimos aqui e, por isso, as pessoas “eu” e “tu” apresentam as características de unicidade, reversibilidade e ausência de predicação verbal. A segunda relação diádica (*eu/tu*) representa uma disjunção, já que nessa relação as pessoas “eu” e “tu” encontram-se em oposição. Isso se explica, pois aqui temos a correlação de subjetividade, a qual é caracterizada pela marca de subjetividade. Com essas relações, entendemos que o sujeito da aquisição de linguagem constitui-se justamente pelas relações intersubjetivas vistas nas relações *eu-tu* e *eu/tu*, pois são essências para que aconteça a passagem da intersubjetividade à subjetividade. São essas relações que garantem um espaço de enunciação para a criança, seja quando ela se encontra em uma relação mútua com outro de sua alocação (*eu-tu*), seja quando ela afasta-se desse outro, constituindo-se como sujeito através do discurso (*eu/tu*).

Na terceira relação diádica (*eu-tu*) /*ele*), temos a instanciação da referência, a qual é representada por “ele”, nas enunciações de “eu” e “tu”. Aqui, percebe-se que a criança (“eu”) começa a estabelecer sua relação com o mundo através do discurso, pois representa os referentes por palavras; a criança “marca a sua entrada no simbólico da língua” (SILVA, 2009, p.234). O “ele” (não-pessoa) é visto a partir das referências do locutor e das co-referências de seu alocutário e, assim, o sentido depende da situação enunciativa onde locutor e alocutário encontram-se, uma vez que o alocutário atribuirá sentido ao dizer do locutor. De acordo com as palavras de Silva (2009, p.234), “isso marca a semantização da língua na sintagmatização do discurso, já que a criança produz *sentidos* no seu dizer, que são ressignificados pelo *alocutário* através de *formas* da língua”. A partir disso, podemos perceber o quanto o papel desse outro da alocação da criança é importante, uma vez que, ao ressignificar o dizer da criança, ele estará oferecendo condições para que o locutor-criança opere a semantização da língua e, assim, comece a estabelecer sua relação com o mundo. Através do processo de semantização da língua, a criança poderá atribuir referência

e sintagmatizar formas no discurso na dependência da situação. Vale ressaltar ainda que, nessa relação situação-referência nosso estudo enfatiza o que Silva (*op. cit.*) nomeia como “referência mostrada” uma vez que a atribuição de referência está ancorada na situação de enunciação da criança. É a partir da situação e dos referentes do mundo que há a produção de discurso.

Na relação trinitária *eu-tu/ele*, vemos a instanciação da referência constituída no discurso. Os movimentos de referência e co-referência continuam acontecendo, mas esses ocorrem em relação a uma referência produzida no discurso e não ancorada à situação. É o inverso do que acontece na relação diádica (*eu-tu*)/*ele*, onde a diferença repousa entre a categoria de pessoa (“eu” e “tu”) e a categoria de não-pessoa (“ele”).

De acordo com o tratado até aqui, essas relações (as diádicas e a trinitária) evidenciam uma questão que é constitutiva do ato enunciativo e, por isso, também constitutiva e fundamental ao processo de aquisição: a (inter)subjetividade. Desde o primeiro momento que a criança emite sons, mesmo não sendo inteligíveis ou fazendo parte do repertório de formas da língua, eles já são tomados como significativos por um “outro”. Aí, já vemos a inter(subjetividade) em atuação e como ela é de fato constitutiva da linguagem. Ela é primordial para que essa criança inscreva na linguagem; mas, para que isso se realize, é necessário que esse “outro” torne-a sujeito dessa aquisição. Na relação de conjunção *eu-tu*, percebemos que o “tu” significa o dizer do “eu”, mas não lhe concede o espaço para se constituir como sujeito. Por isso, “eu” e “tu” encontram-se em conjunção, pois é como se fossem uma coisa só. Na relação de disjunção *eu/tu*, podemos perceber a ausência desse “tu” e é dessa ausência que a criança depende, pois precisa desse espaço para se constituir como sujeito e se marcar subjetivamente no discurso. Por isso, temos *eu/tu*, visto que “eu” é pessoa-subjetiva e “tu”, pessoa não-subjetiva. Nas relações (*eu-tu*)/*ele* e *eu-tu/ele*, onde há a instanciação da referência, podemos perceber o quanto a intersubjetividade é necessária para essa operação. Em um aspecto mais geral, a referência faz parte de todo ato de aquisição de linguagem; o que é da ordem do singular é o modo como a criança apresentará essa operação em sua aquisição, pois a referência está ligada à singularidade de suas enunciações. Podemos dizer que a atribuição de referência é inseparável da intersubjetividade, uma vez que a primeira coloca em jogo a relação entre locutor e alocutário, bem como a relação com o objeto de locução e as instâncias de tempo (o “agora”) e de lugar (o “aqui”).

A seguir, discutimos brevemente algumas questões metodológicas para buscar responder, por meio da análise das enunciações de uma criança com seu interlocutor, o papel da situação enunciativa na constituição de referências no discurso de “eu” (criança) com o “tu” (outro).

Considerações metodológicas

Os dados que utilizaremos na análise valem-se do princípio de intersubjetividade constitutivo da linguagem e fazem parte da coleta realizada por Silva (2007/2009). Tais dados foram constituídos longitudinalmente, a partir da fala de uma criança brasileira, de classe média, Francisca, residente na região metropolitana de Porto Alegre. No total, as sessões foram produzidas no período dos onze meses aos três anos e quatro meses. Para melhor recuperar a situação de enunciação, a criança foi filmada, já que, tendo sido adotada uma perspectiva teórica enunciativa, torna-se importante considerar os elementos do contexto enunciativo e, assim, tais elementos aparecem na transcrição, porque as sessões foram filmadas.

Em relação à coleta de dados, essa foi realizada em diversas situações e apresentam diferentes configurações dialógicas, sempre contando com a criança, tomada como o “eu” nas alocações, e o “tu”, o outro dessa relação, que pode ser ou não uma pessoa do convívio dessa criança. A partir da leitura do discurso transcrito por Silva (2009), chamou-nos a atenção as diferentes situações de enunciações da configuração dialógica representada pela relação criança (FRA)/ avó.

Essa escolha está ligada ao fato de que a avó é uma interlocutora recorrente no corpus observado, aparecendo em distintas situações de interlocução. Assim, não foi escolhida nenhuma categoria de classificação a priori, e os próprios fatos enunciativos transcritos encaminham-nos a encontrar aspectos que consideramos relevantes e ilustrativos da relação língua-mundo estabelecida via discurso por *eu* (criança) e *tu* (avó). Isso se explica, pois, estando o estudo instaurado em uma perspectiva enunciativa, “todo e qualquer fenômeno lingüístico de qualquer nível tem a potencialidade de estudo em uma perspectiva enunciativa, já que é a enunciação que lhes dá existência” (SILVA, 2009, p.283). Tal fato relaciona-se à *transversalidade enunciativa* proposta por Flores (2009, p.185), que coloca em jogo a inter-relação de forma e sentido entre os níveis de análise, uma vez que “a enunciação é transversal à língua, ela não se encerra em único compartimento”.

Desta forma, o objetivo de nosso estudo é o de *verificar como a situação, um dos elementos determinantes da enunciação, aparece no diálogo enunciativo da criança com seu interlocutor, encaminhando-os a se apropriarem das formas e funções para se assumirem como locutores no jogo de reversibilidade enunciativa e constituírem a referência no fio do discurso*. A partir disso, considera-se que a situação é um dos elementos que possibilita ao outro da interlocução atribuir sentido, via discurso, às ações verbais e não-verbais da criança. Na análise a seguir, verificaremos como as situações possibilitam o uso de certas formas e funções na relação avó/criança, uma vez que elas determinam a atribuição de referência (locutor) e co-referência (alocutário) no diálogo da criança com o outro.

Análise dos dados

Para empreender a análise, separamos as sessões (que correspondem às sessões filmadas) por quadros, a fim de facilitar sua visualização. Assim, os quadros apresentam episódios que pertencem a uma mesma sessão e podem estar separados por (...), para enfocar um determinado fenômeno.

Quadro 1 - Análise

SESSÃO 6	
<i>Participantes:</i>	CLA (babá); AVÓ e CAR (tia, filmando)
<i>Data da entrevista:</i>	20-03-2002
<i>Idade da criança:</i>	1;5.15
<i>Situação:</i>	FRA está na casa da AVÓ. Inicialmente está na garagem da casa com um álbum, com bonecas e com o gato. Após lancha. Depois, vai para dentro de casa e volta para a garagem.
1 Com:	FRA sai correndo atrás do gato.
2 CAR:	[= risos]
3 Com:	FRA aproxima-se do gato, enxotando-o com o álbum. O gato afasta-se.
4 FRA:	BAH [= olha para CAR surpresa com o afastamento do gato]
5 Com:	FRA vai até onde o gato está, abaixa-se, empurrando-o novamente com o álbum.
6 FRA:	XXX [= olhando para trás onde CAR está] XXX [= olhando para o gato e
7	falando sons não inteligíveis]
8 AVÓ:	o gatu, parece que ela quis dizer gatu
9 FRA:	XXX [= olhando para o gato]
10 Com:	FRA sai da garagem e volta correndo, olhando para ver como ultrapassar
11	as grades no chão.
12 CAR:	[= risos]
13 CLA:	XXX
14 AVÓ:	alçou a perninha lá e quis vim pru lado de cá agora @ agora atinô o que era

Neste primeiro quadro, vemos uma situação de brincadeira. Aqui, encontramos a criança (FRA) brincando com o gato da família. Ao espantar o animal com o álbum e

surpreender-se com seu afastamento, FRA faz uso da forma “bah” (linha 4). Ao olhar o animal mais uma vez, FRA repete o uso da forma “bah” (linha 64). Percebemos, então, que é a partir da situação (o fato de espantar o gato com um objeto) que FRA sintagmatiza essa forma em seu discurso. Ainda nesse episódio, logo após ter espantado o gato, a avó (o outro da alocação de FRA) vê FRA relacionando-se com o gato e, mesmo que a criança tenha falado apenas sons inteligíveis, o outro busca significar seu dizer ao enunciar “o gatu, parece que ela quis dizer gatu” (linha 8). Nota-se que aí não há nenhuma forma da língua ou forma enunciativa¹, mas é a própria situação que permite ao interlocutor atualizar a frase no discurso. Após brincar com o gato, FRA sai da garagem e tenta ultrapassar algumas grades. Nesse momento, também não existe qualquer som, forma enunciativa ou forma da língua em jogo, somente uma ação não-verbal. É a partir dela que o outro sintagmatiza a sequência “alçou a perninha lá e quis vim pru lado de cá agora, agora atinô o que era” (linha 14).

Assim, observamos, no primeiro episódio, que a situação fez com que o locutor, FRA, encaminhasse o uso de certas formas. Ainda nesse episódio, verifica-se também a ação não-verbal por parte do locutor sendo atualizada em frase no discurso por parte do alocutário. Esse fenômeno também ocorre no último episódio da sessão.

Quadro 2 - Análise

SESSÃO 13b	
Participantes:	MAI (Maira, filmando); CAR (tia); CLA (Babá); AVÓ; MÃE; PAI e EDU
Data da entrevista:	22-08-2002
Idade da criança:	1;10.17
Situação:	FRA está na casa da AVÓ. Inicialmente, interage com CAR, CLA, AVÓ e MAI na sala, onde está rodeada de brinquedos. Depois vai para a rua, entra e dirige-se para a cozinha onde está o gato. Em seguida, volta para a sala para brincar com CAR. De vez em quando, vai até o quarto onde está a AVÓ e CLA. Por último, chegam seus pais e ela conversa com o PAI.
1 Com:	FRA sobe no degrau da lareira.
2 CAR:	ondi tu vai? @ Hum?
3 Com:	Silêncio. Depois FRA desce.
4 FRA:	[= risos]
5 CAR:	caiu?
6 FRA:	Aiu
7 CLA:	Ué
8 Com:	FRA volta a subir e a descer o degrau.
9 FRA:	uh ah
10 CAR:	[= risos]
11 FRA:	[= subindo o degrau da lareira]
12 Com:	ouve-se na sala um barulho.

¹ Silva (2007/2009) dá o nome de *formas enunciativas* às formas produzidas pela criança que não pertencem ao repertório da língua, mas têm sentido a partir de seus empregos na frase.

13 FRA:	a vó
14 CAR:	hum?
15 FRA:	Vó
16 CLA:	XXX
17 FRA:	ah [= descendo o degrau da lareira] @ oi ai oi [= tentando subir novamente o
18	degrau da lareira]
19 CLA:	[= risos]
20 FRA:	[= subindo o degrau da lareira]
21 AVÓ:	ah, agora ela conseguiu

Neste quadro, analisamos o movimento de interpretação da AVÓ sobre o dizer de FRA. Torna-se interessante observar que é próprio desse interlocutor comentar, em grande parte das vezes, as ações não-verbais de FRA. Nesta situação, FRA sobe e desce o degrau da lareira algumas vezes (linhas 1, 3, 8, 17 e 20). Na última vez que sobe, a AVÓ sintagmatiza a seqüência “ah, agora ela conseguiu” (linha 21) para se referir a ação não-verbal de FRA, a partir da situação. Assim, como ponto principal nessa sessão, observa-se a sintagmatização de frases no discurso de “tu” a partir de ação não-verbal do “eu”.

Quadro 3 - Análise

SESSÃO 17	
<i>Participantes:</i>	CAR (tia, filmando); MÃE; PAI; EDU (irmão); BET (irmão) e AVÓ
<i>Data da entrevista:</i>	02-11-2002
<i>Idade da criança:</i>	2;00.28
<i>Situação:</i>	FRA brinca em sua casa, interagindo com os familiares.
1 Com:	Em silêncio, FRA volta a sentar com os talheres na mão.
2 CAR:	vem comê atu cani
3 Com:	FRA fica em silêncio e, depois, pega a máquina de fotografia da mesa e joga no chão.
4 CAR:	ó vai quebrá
5 FRA:	me cani @ me cani
6 AVÓ:	o que tu feiz pra comida? Arroiz?
7 FRA:	arroiz XXX cani
8 AVÓ:	ah cani! Legal! [= risos]
9 FRA:	vem patu vem patu vem vó vem patu
10 AVÓ:	a vó já vai só um poquinho (...)
11 Com:	a AVÓ senta ao lado de FRA.
12 CAR:	ah vocês vão papá agora?
13 FRA:	XXX dê patu?
14 AVÓ:	cadê o pratu?
15 FRA:	dê?
16 AVÓ:	não sei eu achu qui tá aqui [= pegando uma caixa com pratos de brinquedo dentro]
17	@@@ sabi o quê? Eu vô comê aqui mesmu [= pegando uma panela] dá? Dá pra vó
18	comê?
19 FRA:	dá
20 AVÓ:	então vô cumê, cumê aqui mesmu [= faz de conta que come e FRA a observa]
21	@@@ o papá da Queca tá bom
22 FRA:	botá ó [= coloca uma colher próxima à boca da AVÓ]
23 AVÓ:	XXX [= faz um barulho de quem está mastigando]
24 CAR:	[= risos]

25 FRA:	bota mais
26 AVÓ:	ó XXX [= faz de conta que come]
27 AVÓ:	queru mais um poquinho @ não tem mais?
28 FRA:	não
29 AVÓ:	ah cumi tudu! @@@ E agora?
30 FRA:	qué mais? [= colocando a panela de novo em frente à AVÓ]
31 AVÓ:	ah tu fez mais?
32 FRA:	feiz

No último quadro, vemos FRA em sua casa, onde simula que está fazendo comida. No primeiro episódio, FRA enuncia as formas enunciativas “me cani” (linha 7). A partir disso, a AVÓ faz pergunta a FRA “o que tu fez pra comida?” (linha 6), fazendo um movimento de co-referência em relação ao que FRA enunciou antes. A situação, nessa sessão, atualiza-se no discurso e no jogo de reversibilidade enunciativa. Assim, percebe-se que a atribuição de referência também parte do discurso, não de um referente do mundo, como se verificou no primeiro quadro.

No episódio seguinte, FRA e AVÓ continuam com a brincadeira em que simulam que estão comendo. FRA enuncia “dê patu?” (linha 13), pergunta que é retomada no discurso do “tu” (linha 14), a fim de esclarecer seu entedimento. A AVÓ preenche seu espaço de enunciação, enunciando “não sei eu achi qui tá aqui” (linha 16). Adiante, vemos FRA instanciar-se no discurso, o que pode ser observado a partir das intimações “botá ó” (linha 23.) e “bota mais...” (linha 25) e da interrogação “qué mais?” (linhas 30). Sobre isso, chama a atenção a repetição das perguntas por parte do “eu” diante do não entedimento do “tu”.

De acordo com nossa análise, podemos perceber os seguintes fenômenos: 1) retomada do dizer de “eu” no discurso do “tu”, para verificar entendimento e 2) instanciação do “eu” a por meio das funções de intimação e interrogação. Além disso, consideramos, como ponto mais relevante desse quadro, *a situação e a atribuição de referência constituída no discurso, o que mostra a passagem de uma referência mostrada para uma referência constituída na língua-discurso, conforme também aponta Silva (2009).*

Resultados

Dentro os fenômenos observados, discutiremos aqui os pontos mais relevantes que os dados mostraram-nos: a passagem de uma referência mostrada para a constituição de uma referência constituída na própria língua-discurso e a ação não-verbal da criança sintagmatizada no discurso do outro como forma verbal.

O primeiro aspecto diz respeito à referência, que Silva (2007/2009, p.246) considera como macro-operação fundamental do ato de aquisição da linguagem. Em nosso estudo, realçamos o papel da situação enunciativa nessa operação. De fato, no quadro 1, vemos que a referência é constituída a partir da situação; é a partir dela que o discurso adquire sentido e formas são atualizadas. Nesse caso, a situação parece ser determinante do sentido no discurso e um dos elementos que propiciam ao outro dar um lugar de enunciação para a criança. No quadro 3, esse movimento inverte-se: o discurso constitui a situação. A situação deixa de ser extralingüística para se tornar intralingüística. Mesmo que a atribuição de referência ocorra em dois sentidos (situação>discurso e discurso>situação), percebe-se que é impossível fazer uma separação entre a situação do mundo e a referência no discurso. A sintagmatização depende desta união para acontecer. Portanto, a situação exerce um papel fundamental na atribuição de referência, além de ser responsável pela apropriação de certas formas e funções por parte dos locutores (FRA e AVÓ).

Corroborando, para este resultado, a lógica do mecanismo (*eu-tu*)/*ele* apresentada por Silva (op.cit). Vejamos:

a criança enuncia X, em que X é: a) remetido à situação de enunciação, responsável pela atribuição de referência, b) formado por unidades que estão em relação entre si; c) constituído por operações de constituição/integração dessas unidades e d) constituído por ajustes de *sentido* e de *forma* das referências produzidas na enunciação constituída por *eu* e por *tu*. (SILVA, 2009, p. 245)

Assim, a lógica presente na relação (*eu-tu*)/*ele* atesta os resultados obtidos, pois mostra que: 1) as operações enunciativas não podem ser consideradas segundo uma cisão entre língua e fala, uma vez que fazem parte desses domínios simultaneamente; 2) as operações enunciativas não podem ser separadas entre morfologia, sintaxe e semântica, uma vez que a sintagmatização ocorre nesses níveis simultaneamente; 3) as operações enunciativas enfocam a questão da atribuição de referência: é um movimento inseparável da intersubjetividade. Referir implica co-referir, e enunciar implica co-enunciar; e 4) as operações enunciativas mostram um movimento reflexivo sobre a língua, o qual é visto por meio da co-enunciação.

O segundo aspecto que salientamos diz respeito à ação não-verbal da criança à ação verbal do outro da alocução e pode ser visto nos quadros 1 e 2. A sintagmatização das ações não-verbais às verbais merece um estudo aprofundado nas pesquisas que tratam a Aquisição de Linguagem em uma perspectiva enunciativa. Mesmo sendo uma ação não-

verbal, este movimento pertence ao ato enunciativo, uma vez que supõe locutor e alocutário, fato que pôde ser atestado nas análises. A ação não-verbal parece encontrar sentido na linguagem, e a ação-verbal parece encontrar na língua. Isso pôde ser visto muito claramente nas vezes em que FRA realizava uma ação não-verbal e, a partir disso, a AVÓ atualizava-a no discurso, por meio de frases. De fato, a ação não-verbal está na estrutura enunciativa de aquisição da linguagem, pois a criança, mesmo ainda não produzindo formas da língua, já se inscreve na linguagem. A ação não-verbal mostra-nos isso. Além disso, vemos a ação não-verbal sintagmatizada à situação, transformada em verbal pelo alocutário, que, ao se assumir como locutor, realiza essa atualização no discurso. A ação verbal, assim, encontra-se mais vinculada ao outro da alocação da criança, lugar onde a língua constituída está armazenada. É ele que, posto como locutor por meio da reversibilidade enunciativa, converte a ação não-verbal da criança em ação verbal e assim o faz, pois considera que ação não-verbal é dotada de sentido na situação enunciativa.

Com os resultados que obtivemos, acreditamos que estudos posteriores podem aprofundar o papel da ação não-verbal na estrutura enunciativa, contribuindo com as investigações nos campos da Enunciação e da Aquisição da Linguagem.

Referências bibliográficas

BENVENISTE, Émile (1966) *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. (1974) *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. ET AL. (Org) *Dicionário de lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *A enunciação e os níveis de análise lingüística em dados de distúrbios de linguagem*. In: Organon, Porto Alegre, n. 46, 2009.

FLORES, Valdir & TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese de Doutorado.